

DOSSIÊ

Massificação, expansão, e
democratização do ensino
superior

Editor

Artur José Renda Vitorino

Disponibilidade de dados

Os dados de pesquisa estão
disponíveis no corpo do documento.

Uso de software de IA

Não foram utilizadas ferramentas de
IA em nenhuma parte da elaboração
deste manuscrito.

Conflito de interesses

Os autores declaram não haver
conflito de interesses.

Recebido

30 jan. 2026

Versão Final

15 ago. 2026

Aprovado

28 ago. 2026

Ensino superior público e emancipação: o legado formativo dos cursos cinquentenários de uma universidade federal

*Public higher education and emancipation:
the formative legacy of fifty-year courses
at a federal university*

Murilo Ferreira **Andrade**¹ , Izadora Ribeiro e Garcia de **Oliveira**² , Braian Garrito
Veloso¹ 

¹ Universidade Federal de Lavras, Faculdade de Filosofia, Ciências Humanas, Educação e Letras, Programa de Pós-Graduação em Educação. Lavras, MG, Brasil. Correspondência para: M. F. ANDRADE. E-mail: <murilo.andrade1@estudante.ufla.br>.

² Universidade Federal de Lavras, Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Administração. Lavras, MG, Brasil.

Como citar este artigo: Andrade, M. F.; Oliveira, I. R. G.; Veloso, B. G. Ensino superior público e emancipação: o legado formativo dos cursos cinquentenários de uma universidade federal. *Revista de Educação PUC-Campinas*, v. 31, e18337, 2026. Doi: <https://doi.org/10.24220/2318-0870v31a2026e18337>.

Resumo

A pesquisa analisou a trajetória de uma Universidade Federal e dos cursos que completaram cinquenta anos de criação, a saber, Engenharia Agrícola, Zootecnia e Administração, com o propósito de compreender como a instituição construiu um modelo de formação voltado à integração entre conhecimento, ética e compromisso com a coletividade. A investigação baseou-se em abordagem qualitativa e documental, por meio do exame de registros institucionais e textos comemorativos. Os resultados demonstraram que a instituição consolidou um percurso formativo que alia excelência acadêmica, responsabilidade social e valorização da docência. Verificou-se que a universidade reafirma sua função pública ao promover práticas educativas transformadoras, fortalecendo o vínculo entre ensino, pesquisa e extensão e reafirmando o papel social do saber como instrumento de desenvolvimento humano e coletivo.

Palavras-chave: Autonomia acadêmica. Formação cidadã. Práticas educativas. Produção científica. Responsabilidade social.

Abstract

This research analyzed the trajectory of a Federal University and its courses that celebrated fifty years of existence, namely Agricultural Engineering, Animal Science, and Business Administration, with the purpose of understanding how the institution built a training model focused on the integration of knowledge, ethics, and commitment to the community. The investigation was based on a qualitative and documentary approach, through the examination of institutional records and commemorative texts. The results demonstrated that the institution consolidated a training

path that combines academic excellence, social responsibility, and the valuing of teaching. It was found that the university reaffirms its public function by promoting transformative educational practices, strengthening the link between teaching, research, and outreach, and reaffirming the social role of knowledge as an instrument for human and collective development.

Keywords: *Academic autonomy. Civic education. Educational practices. Scientific production. Social responsibility.*

Introdução

A universidade pública brasileira constitui-se, historicamente, como um espaço de resistência e produção de conhecimento socialmente comprometido, desempenhando papel central na formação de sujeitos críticos e na consolidação de uma sociedade democrática. Desde suas origens, ela reflete as contradições estruturais do país e os embates entre o projeto de emancipação social e as tendências de mercantilização do ensino superior (Chauí, 2003). A partir da segunda metade do século XX, especialmente com a expansão universitária e as políticas de democratização do acesso, a universidade pública passou a ser entendida como uma instituição social que articula ensino, pesquisa e extensão em um mesmo movimento formativo, o que implica o compromisso ético e político com a transformação da realidade (Santos, 2005). Nesse contexto, a universidade estudada emerge como exemplo concreto de instituição que, ao longo de mais de um século, tem se reinventado, consolidando um modelo de educação pública de excelência e de compromisso social (Brito; Von Pinho, 2008).

A história da universidade estudada e de seus cursos cinquentenários é indissociável da trajetória de consolidação do ensino superior público no Brasil. Desde sua origem, em 1908, até sua transformação em universidade federal, em 1994, a instituição manteve o propósito de integrar ciência, prática profissional e desenvolvimento regional (Dias, 2009). Em 2025, a comemoração dos cinquenta anos do curso de Zootecnia, por exemplo, representa não apenas um marco histórico, como também uma oportunidade de reflexão sobre o papel social da universidade e sobre as mudanças epistemológicas e pedagógicas que atravessaram meio século de formação superior no país (Ferreira; Andrade, 2025). Essa trajetória demonstra que a universidade pública, mesmo diante das pressões por privatização e instrumentalização do conhecimento, mantém-se como locus de produção intelectual e de promoção da cidadania (Chauí, 2003; Saviani, 2010).

Ao abordar a universidade como instituição social, é necessário compreender que sua existência não se reduz à lógica administrativa e produtivista imposta pelos modelos neoliberais contemporâneos. Como ressalta Chauí (1999), a universidade é um espaço público por excelência, cuja legitimidade reside na autonomia intelectual e na busca da universalidade do saber. Essa visão encontra eco nas reflexões de Boaventura de Sousa Santos, ao propor uma “universidade de ideias”, voltada para a emancipação democrática e cognitiva, contrapondo-se à lógica da competitividade e da eficiência técnica (Santos, 1989, 2005). Essa perspectiva reforça a necessidade de pensar a universidade como instituição formadora de consciência crítica e promotora de uma ciência pública voltada à coletividade, o que se torna ainda mais significativo quando analisamos o papel desta universidade na interiorização e na democratização do ensino superior.

Nesse cenário, é imprescindível considerar também a dimensão pedagógica e docente da universidade. Como apontam Almeida e Pimenta (2014), a pedagogia universitária deve valorizar a docência como prática de formação e não apenas de transmissão do conhecimento, reconhecendo o professor como sujeito reflexivo e o estudante como agente ativo do processo de aprendizagem.

Essa concepção articula-se às ideias de Freire (1996) e Romão (2013), que concebem a educação superior como espaço de diálogo e problematização crítica da realidade. Assim, a formação universitária deve transcender os limites técnicos e instrumentais, buscando integrar saber científico e experiencial, como defendem Freitas (2017) e Pimenta, Anastasiou e Cavallet (2002), na construção de uma prática educativa comprometida com a transformação social.

O presente artigo tem como objetivo geral, portanto, analisar, sob uma perspectiva qualitativa e documental, a trajetória histórica e pedagógica dos cursos cinquentenários da instituição pesquisada, relacionando-a às transformações do ensino superior público no Brasil e às concepções contemporâneas de universidade pública, docência e formação. De forma específica, pretende-se: (a) examinar as mudanças curriculares e pedagógicas que refletem diferentes paradigmas de formação e (b) discutir as implicações dessas transformações para a consolidação da universidade pública como espaço de democratização do saber e de emancipação social.

Sobre a estrutura, logo após a introdução, tem-se uma breve análise sobre a trajetória do ensino superior público no Brasil. Em seguida, apresenta-se um panorama do desenvolvimento histórico da universidade, enfatizando seus cursos cinquentenários. Posteriormente, analisa-se mais detidamente os cursos que completaram 50 anos, mediante um recorte formativo. A metodologia é explicitada na sequência. Depois, os dados documentais e bibliográficos são discutidos e analisados. As considerações finais sintetizam o conteúdo e arrematam o artigo.

Trajetória do ensino superior público no Brasil

A história do ensino superior público no Brasil é marcada por um processo tardio de institucionalização e por permanentes disputas acerca de sua finalidade social, oscilando entre a formação de elites dirigentes e a democratização do acesso, da produção e da circulação do conhecimento. A criação de cadeiras e cursos superiores a partir de 1808, com a vinda da corte portuguesa, inaugurou uma lógica de escolas isoladas voltadas às profissões de Estado, quais sejam, Medicina, Engenharia e Direito, sem a constituição de universidades no sentido moderno do termo, o que perdurou ao longo do Império e apenas lentamente se reconfigurou na Primeira República (Saviani, 2010). A partir da década de 1930, a articulação entre projetos de nação e reformas educacionais ampliou a presença do Estado na coordenação do sistema, com federalizações e novas universidades, mas ainda sob o predomínio de modelos profissionalizantes e fragmentados, combinando mudanças institucionais e continuidades estruturais (Saviani, 2010). Nessa longa duração, a afirmação de que educação “não é privilégio” funciona como princípio normativo para orientar a expansão com qualidade e equidade, tensionando práticas seletivas e excludentes próprias da formação social brasileira (Teixeira, 1957).

No século XX, a universidade foi progressivamente chamada a responder a dilemas de legitimidade, hegemonia e organização institucional, que se intensificaram nas transições políticas e econômicas do país. A constituição da universidade como instituição pública supõe autonomia intelectual, universalidade do saber e compromisso com a cidadania, em contraste com a redução organizacional a um prestador de serviços submetido a métricas gerenciais e lógicas mercantis (Chauí, 1999, 2003). As reformas orientadas por racionalidades de mercado e por políticas de avaliação centradas no curto prazo, em especial no contexto da acumulação flexível (Harvey, 1994) dentro da lógica neoliberal da reforma do Estado brasileiro na década de 1990, intensificaram pressões por produtividade, competição e autofinanciamento, corroendo a ideia de bem público universitário e reconfigurando o trabalho acadêmico, ainda que sem eliminar a

potência republicana e democrática inscrita na tradição da universidade pública (Santos, 2005). Em sua configuração contemporânea, essas tensões também se expressam nos processos de plataformação da educação superior. Veloso *et al.* (2026) problematizam esse fenômeno ao relacioná-lo a movimentos de privatização, padronização e reorganização dos processos de ensino, evidenciando que a crescente mediação tecnológica pode produzir novas formas de dependência institucional e tensionar a autonomia pedagógica e o caráter público da universidade. A defesa de uma “universidade de ideias”, capaz de produzir ciência pública e democratizar saberes, tornou-se, assim, um horizonte contra-hegemônico para reorientar a instituição diante da globalização neoliberal e da segmentação dos sistemas de ensino (Santos, 1989, 2005).

Ao mesmo tempo, a massificação do acesso e a expansão institucional trouxeram à tona a persistência de mecanismos de seleção e distinção social que atravessam o campo educacional. A compreensão do ensino superior como espaço de disputas simbólicas e de lutas pela definição legítima do conhecimento ajuda a explicar como esquemas de reprodução e hierarquização operam nos percursos de estudantes e nos currículos, exigindo políticas e práticas pedagógicas capazes de contrariar disposições herdadas e desigualdades de capital cultural (Bourdieu, 1994; Bourdieu; Passeron, 2023).

Em perspectiva contemporânea, Veloso (2025) retoma a contribuição bourdieusiana para problematizar o papel e os limites da educação superior diante das transformações sociais e econômicas atuais, ressaltando que a expansão do acesso não implica, automaticamente, a superação dos mecanismos de reprodução e hierarquização que atravessam as instituições educativas. Nesse cenário, a docência universitária assume centralidade estratégica: a valorização da pedagogia universitária, a institucionalização de políticas de formação docente e o enraizamento de experiências de ensino que articulem pesquisa e extensão constituem condições para reconfigurar a sala de aula como espaço de produção compartilhada de conhecimento e de desenvolvimento do pensamento crítico (Almeida; Pimenta, 2014; Pimenta; Anastasiou; Cavallet, 2002). Essa compreensão também encontra respaldo em Andrade, Oliveira e Veloso (2026), que defendem processos de formação docente capazes de superar concepções meramente instrumentais de inovação. Para os autores, a formação deve assumir caráter crítico, colaborativo e contínuo, articulando saberes profissionais, autonomia docente e mediação pedagógica, de modo que as transformações das práticas educativas não sejam reduzidas à simples adoção de recursos ou técnicas.

A tradição latino-americana de pensamento educacional acrescenta uma chave de leitura que vincula universidade, projeto de país e transformação social. A concepção de universidade como instrumento de desenvolvimento autônomo e de aceleração histórica, formulada em meio às lutas democráticas do continente, propôs um modelo institucional capaz de integrar ciência, cultura e compromisso público, orientado por um horizonte emancipatório e por reformas acadêmicas substantivas (Ribeiro, 1969). Essa visão foi atualizada em diferentes momentos, destacando-se a defesa da universidade pública como laboratório de inovação institucional e pedagógica, com ênfase na autonomia, na interdisciplinaridade e no vínculo orgânico com as necessidades nacionais (Leher, 2017; Ribeiro, 2014; Ribeiro; Matias, 2006). A educação superior, nesse registro, articula-se à educação popular e à ideia de ciência pública, recolocando o diálogo com movimentos sociais e a democratização cognitiva como dimensões intrínsecas da missão universitária (Gadotti, 2007; Romão, 2013).

As transformações do trabalho e da economia política da educação, por sua vez, introduziram novos desafios. Em um contexto de reestruturação produtiva, flexibilização e deslocamento

do emprego, a universidade é interpelada a formar para além de competências instrumentais, promovendo capacidades de leitura crítica da realidade, de trabalho coletivo e de intervenção técnica e social com densidade ética (Frigotto, 2001). As inflexões das primeiras décadas do século XXI, com ciclos de inclusão, crises fiscais e disputas por modelos de desenvolvimento reabriram debates sobre financiamento, autonomia e sentido público do ensino superior, evidenciando a necessidade de combinar expansão com qualidade acadêmica, equidade e responsabilidade social (Frigotto, 2011; Saviani, 2020a). Nessa perspectiva, Ferreira e Veloso (2025) assinalam que a democratização da universidade não pode ser reduzida à ampliação formal do ingresso, uma vez que acesso e permanência constituem dimensões interdependentes de um projeto efetivamente inclusivo de educação superior. Tal compreensão demanda considerar as condições institucionais, pedagógicas e sociais que possibilitam aos estudantes não apenas ingressar, mas permanecer e desenvolver seus percursos formativos com qualidade.

Essa trajetória geral tece o pano de fundo para compreender experiências específicas de interiorização e consolidação do ensino superior, como o caso da universidade analisada, cuja formação histórica conecta projetos regionais de desenvolvimento, excelência acadêmica e compromisso com o bem público. Ao longo do tempo, a institucionalidade construída em universidades federais foi tensionada por forças contraditórias, entre democratização e elitização, entre ciência pública e mercantilização, entre autonomia e heteronomia, mas preservou uma reserva normativa e prática que sustenta a possibilidade de uma universidade empenhada na formação integral, na produção de conhecimento socialmente referenciado e na construção de um país menos desigual (Chauí, 2003; Santos, 2005; Saviani, 2010). É a partir desse quadro que se investigam, nos tópicos seguintes, a configuração institucional da instituição e a trajetória de seus cursos cinquentenários, entendendo-os como expressões concretas das continuidades e rupturas do ensino superior público brasileiro (Brito; Von Pinho, 2008; Dias, 2009).

A trajetória de uma universidade federal e os cursos cinquentenários: entre a tradição e a inovação

A história da universidade analisada é marcada por um percurso singular de transformação institucional e compromisso com o ensino público e a formação científica. Sua origem remonta à fundação da Escola Agrícola, em 1908, idealizada pelo missionário estadunidense Samuel Rhea Gammon, com o propósito de promover a educação agrícola em uma região cuja economia dependia fortemente da terra e do trabalho rural. Essa iniciativa surgiu em um contexto de escassa formação técnica e científica no interior do país, refletindo o esforço de integrar conhecimento e prática.

Durante as primeiras décadas do século XX, a instituição consolidou-se com um nome que adquiriu em 1938 após o reconhecimento federal obtido dois anos antes. O processo de federalização, contudo, só se concretizou em 1963, coroando décadas de esforço docente e político pela integração da escola ao sistema nacional de ensino superior (Dias, 2009). Já em 1994, ampliou seu escopo de atuação e diversificando seus cursos, consolidando-se como referência em ensino, pesquisa e extensão (Brito; Von Pinho, 2008).

No bojo desse processo de expansão, destacam-se os cursos cinquentenários de Engenharia Agrícola, Zootecnia e Administração, criados em 1975 que, em 2025, celebram meio século de contribuição à formação profissional e ao desenvolvimento científico nacional. Esses cursos surgiram em consonância com o movimento de modernização agrícola e industrial brasileiro da década de 1970, buscando formar quadros técnicos capacitados para responder às novas demandas

da economia e da sociedade rural. A Zootecnia, por exemplo, representou um salto qualitativo na formação agropecuária, introduzindo uma abordagem científica à criação e manejo animal (Ferreira; Andrade, 2025).

O curso de Zootecnia dessa universidade foi pioneiro na região e consolidou-se como um centro de excelência nacional, combinando rigor científico com compromisso social. Ao longo das décadas, ampliou sua estrutura curricular, incorporando disciplinas interdepartamentais e projetos de extensão que fortaleceram a integração entre universidade e comunidade. Até essa data, mais de 1.600 zootecnistas foram formados pela instituição, número que evidencia o impacto social e econômico da universidade (Ferreira; Andrade, 2025). Ademais, as transformações recentes, como o aumento da presença feminina nos cursos agrários, representam avanços na promoção da equidade e da diversidade acadêmica (Andrade; Ribeiro; Silva, 2022).

Já a Engenharia Agrícola desta instituição assumiu papel estratégico no desenvolvimento tecnológico voltado à sustentabilidade e à inovação no campo, integrando conhecimentos da agronomia, da mecânica e da gestão ambiental. Sua criação respondeu à necessidade de otimizar processos produtivos em um contexto de crescente mecanização agrícola e de preocupação com o uso racional dos recursos naturais (Santos, 2005). Essa perspectiva dialoga com o ideal de universidade defendido por Boaventura de Sousa Santos, segundo o qual o ensino superior deve articular ciência e compromisso social, promovendo uma “reforma democrática e emancipatória” da instituição universitária (Santos, 2005).

O curso de Administração, por sua vez, emergiu inicialmente como tecnólogo em Administração Rural, evidenciando o foco da instituição nas demandas do agronegócio regional. Com o passar dos anos, a formação ampliou-se para abarcar dimensões mais amplas da gestão pública e privada, fortalecendo a interdisciplinaridade e o papel da universidade na economia local e nacional (Pimenta; Anastasiou; Cavalet, 2002). Essa trajetória reforça o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, que caracteriza a identidade da universidade contemporânea.

Atualmente, a universidade mantém-se como uma instituição de referência no ensino superior brasileiro, pautando sua missão em valores de ética, sustentabilidade e compromisso social. A instituição atua em diversas áreas do conhecimento, com destaque para as Ciências Agrárias, setor em que, historicamente, se consolidou como polo de inovação e formação crítica. Seu projeto pedagógico reafirma a concepção de que o ensino superior público deve servir à transformação social, assegurando o acesso democrático e a excelência acadêmica (Saviani, 2020b). A trajetória dessa universidade e dos cursos cinquentenários expressa, portanto, a própria evolução do ensino superior público no Brasil: uma caminhada de resistência, adaptação e inovação, na qual a universidade reafirma seu papel como lugar de todos e para todos (Saviani, 2020b), comprometida com a emancipação do sujeito e com o desenvolvimento sustentável do país.

Cursos cinquentenários em uma universidade federal: um recorte formativo

Os cursos desta universidade federal que completam cinquenta anos em 2025, notadamente Engenharia Agrícola, Zootecnia e Administração, representam um marco histórico e simbólico para o ensino superior público brasileiro. A consolidação dessas graduações reflete o amadurecimento institucional da universidade e evidencia o papel da interiorização do ensino superior na democratização do conhecimento e na formação de profissionais comprometidos com o desenvolvimento regional e nacional.

O curso de Engenharia Agrícola foi criado em 1975, no contexto de modernização do setor agrário e de fortalecimento da pesquisa aplicada à sua respectiva produção. Essa graduação surgiu em um momento em que o país buscava integrar inovação tecnológica, mecanização e sustentabilidade ambiental aos sistemas produtivos. Nesse contexto, a graduação em Engenharia Agrícola consolidou-se como um espaço de convergência entre a ciência e a prática, formando profissionais aptos a lidar com os desafios técnicos e sociais da agricultura contemporânea (Santos, 2005). Em 2025, o curso comemorou seu cinquentenário com eventos comemorativos, lançamento de publicações históricas e homenagens a docentes e egressos que contribuíram para a formação de gerações de engenheiros comprometidos com a transformação do campo brasileiro (Universidade Federal de Lavras, 2025a).

Já a graduação em Zootecnia, também instituída em 1975, percorre trajetória semelhante. Seu surgimento respondeu à necessidade de profissionalizar o manejo animal e impulsionar a produtividade rural a partir de bases científicas. Com o passar das décadas, o curso diversificou sua estrutura curricular e consolidou-se como referência nacional na área, associando rigor técnico e compromisso social (Ferreira; Andrade, 2025). Além disso, como mencionado anteriormente, estudos recentes revelam avanços significativos em termos de equidade e diversidade, com o aumento da participação feminina e a ampliação das discussões de gênero no ambiente acadêmico, reafirmando o papel social e inclusivo da universidade pública (Andrade; Ribeiro; Silva, 2022). Em 2025, a celebração de seu jubileu reuniu professores, estudantes e egressos em um momento de reflexão sobre a história e os desafios contemporâneos do curso (Universidade Federal de Lavras, 2025a).

O curso de Administração, por sua vez, completa igualmente cinquenta anos em 2025, consolidando sua relevância como a primeira graduação da instituição fora do campo das Ciências Agrárias. Criado inicialmente como Tecnólogo em Administração Rural, foi gradualmente expandido para contemplar a formação de administradores em diferentes áreas, acompanhando as transformações do mercado e da própria estrutura institucional da universidade (Universidade Federal de Lavras, 2025b). O Departamento de Administração e Economia (DAE) tornou-se um polo de ensino, pesquisa e extensão que articula gestão pública, economia e sustentabilidade, em diálogo constante com os desafios da sociedade contemporânea. Essa ampliação curricular reflete a compreensão de que o ensino superior público deve ser dinâmico, interdisciplinar e comprometido com a formação crítica e cidadã (Almeida; Pimenta, 2014; Pimenta; Anastasiou; Cavallet, 2002).

A análise desses três cursos revela que, ao longo de cinco décadas, essa universidade consolidou um modelo de universidade que articula ciência, tecnologia e compromisso social. A manutenção de uma tradição nas Ciências Agrárias, acompanhada da expansão para outras áreas do conhecimento, demonstra a capacidade da instituição de reinventar-se sem perder sua identidade original (Brito; Von Pinho, 2008). A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão manifesta-se nas práticas pedagógicas, nos projetos de inovação e nas políticas institucionais que fortalecem a presença dessa instituição no cenário nacional.

Esses cursos também simbolizam o êxito da interiorização da educação superior, ao transformarem a cidade em que essa universidade está em um polo de referência acadêmica e tecnológica. A universidade pública, nesse contexto, assume um papel fundamental na promoção da igualdade de oportunidades, na valorização da formação docente e na construção de uma ciência voltada para o bem comum (Chauí, 2003; Saviani, 2020b). As mudanças no perfil discente, a adoção de metodologias ativas, a expansão de programas de inclusão e a incorporação de temas como sustentabilidade e diversidade ilustram a vitalidade e a atualidade dos cursos cinquentenários.

Em síntese, as graduações de Engenharia Agrícola, Zootecnia e Administração representam a síntese da trajetória da própria universidade que, enraizada na história da educação superior pública brasileira, segue comprometida com a excelência acadêmica, a inovação científica e a emancipação social. Ao celebrar cinquenta anos de existência, esses cursos reafirmam o ideal de que a universidade é um espaço de todos e para todos, voltado à formação de sujeitos críticos e à construção de um país mais justo e sustentável (Saviani, 2020b).

Procedimentos Metodológicos

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, documental e analítica, voltada à compreensão da trajetória de uma universidade federal e de seus cursos cinquentenários, a saber, Engenharia Agrícola, Zootecnia e Administração, no contexto mais amplo da universidade pública brasileira. Essa natureza metodológica foi escolhida por permitir a leitura interpretativa de documentos, produções acadêmicas e registros institucionais, buscando compreender não apenas os fatos históricos, mas os sentidos e valores que permeiam a construção da identidade universitária. A análise qualitativa, nesse sentido, não se restringe à descrição, mas envolve um processo reflexivo, no qual o pesquisador interpreta as relações entre educação, sociedade e cultura à luz de referenciais teóricos críticos (Minayo, 2012).

A análise histórica e documental dos cursos cinquentenários da universidade analisada, portanto, oferece um recorte privilegiado para compreender as continuidades e rupturas no campo da educação superior pública. O percurso desses cursos expressa, ao mesmo tempo, a permanência de valores fundantes (como o compromisso com a ciência, a ética e o desenvolvimento humano) e as transformações decorrentes das políticas educacionais, das demandas sociais e das mudanças culturais e tecnológicas. Ao revisitar publicações comemorativas e registros históricos, busca-se compreender como a universidade consolidou sua identidade e reafirmou seu papel social e educativo ao longo de cinco décadas (Brito; Von Pinho, 2008; Ferreira; Andrade, 2025).

O corpus documental da pesquisa é composto por textos institucionais, livros comemorativos, artigos científicos e registros públicos dessa universidade, com destaque para publicações comemorativas e registros históricos dos cursos cinquentenários, além de obras teóricas que fundamentam a discussão sobre universidade pública, docência e formação (Bourdieu, 1994; Bourdieu; Passeron, 2023; Chauí, 2001; Santos, 2005; Saviani, 2007). A escolha desse material deve-se ao seu valor histórico e interpretativo para o entendimento do papel da universidade na formação social brasileira e na consolidação do ensino superior público. O tratamento analítico dos dados seguiu os princípios da análise de conteúdo (Bardin, 1991), buscando apreender as representações, os valores e os discursos presentes nesses materiais por meio de procedimentos sistemáticos de organização e interpretação do conteúdo, de modo a compreender os sentidos atribuídos à identidade universitária, à formação e ao compromisso social.

A partir desse método, foram construídas categorias de análise relacionadas à evolução do ensino superior, à identidade institucional da universidade e à contribuição dos cursos cinquentenários para o desenvolvimento científico e social. Mais do que buscar generalizações, o estudo procura compreender contextos, trajetórias e sentidos, valorizando a dimensão humana e histórica da educação superior pública. Assim, a metodologia assume uma postura interpretativa e crítica, comprometida com a leitura reflexiva dos documentos e com a valorização da universidade como espaço de memória, emancipação e transformação social.

Resultados e Discussão

A análise documental realizada nesta pesquisa permitiu observar que a trajetória da Universidade Federal de Lavras representa um microcosmo da história do ensino superior público brasileiro, especialmente pela maneira como a instituição construiu sua identidade a partir de um duplo movimento: o da preservação da tradição científica e pedagógica e o da renovação contínua frente aos desafios sociais, econômicos e culturais do país. Os registros oficiais, relatórios institucionais, textos comemorativos e produções acadêmicas analisados apontam para uma universidade que, desde suas origens como Escola Superior de Agricultura, manteve-se enraizada em valores públicos e coletivos, sem se render totalmente às lógicas de mercantilização e privatização que atingem parte do sistema educacional (Chauí, 2003).

No contexto das universidades públicas federais, essa se destacou por promover uma expansão qualitativa de seus cursos e práticas acadêmicas, consolidando um modelo de formação que alia rigor técnico, consciência crítica e compromisso social. A celebração dos cinquenta anos dos cursos de Engenharia Agrícola, Zootecnia e Administração não se restringiu a um marco histórico, mas expressou um processo de reflexão institucional e de reafirmação de valores. O material documental produzido por ocasião das comemorações evidencia o esforço da universidade em reconhecer sua própria trajetória, revisitar seus princípios e projetar caminhos futuros. Tal movimento dialoga com a concepção de Boaventura de Sousa Santos, para quem a universidade deve reformar-se permanentemente, preservando sua função emancipatória e resistindo às formas hegemônicas de produção e controle do conhecimento (Santos, 2005).

A análise dos três cursos revelou que cada um deles expressa, à sua maneira, dimensões complementares do projeto universitário público. A Engenharia Agrícola, pioneira na modernização das práticas agrícolas regionais, simboliza a vocação tecnológica da instituição e o compromisso com a sustentabilidade e a inovação. Já a Zootecnia, consolidada como campo de excelência científica, reflete a maturidade da universidade na integração entre pesquisa e extensão, aproximando a universidade das realidades rurais e dos produtores locais. O curso de Administração, por sua vez, representa a abertura epistemológica e social da instituição, inserindo-a nas discussões contemporâneas sobre ética, gestão pública e desenvolvimento sustentável. Em conjunto, esses cursos revelam a amplitude e a solidez de um modelo de ensino superior que conseguiu, ao longo de cinco décadas, conciliar especialização técnica e formação humanista.

A leitura integrada dos documentos evidenciou, ainda, que a expansão acadêmica dessa instituição esteve sempre acompanhada de um esforço de democratização do acesso e de valorização da docência. As práticas formativas analisadas revelam o fortalecimento da docência universitária crítica, voltada à reflexão sobre o próprio fazer pedagógico e à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (Almeida; Pimenta, 2014; Pimenta; Anastasiou; Cavallet, 2002). Essa valorização da docência como atividade reflexiva e intelectual reforça a compreensão freiriana de que a educação é um processo dialógico e emancipador, que só se realiza plenamente quando promove autonomia e consciência crítica (Freire, 1996).

Nesse sentido, a docência reflexiva não se reduz à transmissão de conteúdos: pressupõe a problematização do próprio fazer pedagógico e a participação ativa do estudante na construção do conhecimento. Na perspectiva de Freire (1996), a dialogicidade envolve a leitura e a problematização crítica da realidade, de modo que a autonomia se constitui progressivamente na capacidade de pensar, decidir e agir de forma responsável, enquanto a consciência crítica se relaciona à compreensão dos condicionantes históricos e sociais e à possibilidade de intervenção sobre eles. Em

perspectiva convergente, Silva, Ferreira e Bonin (2022) destacam que a formação de sujeitos críticos pressupõe processos educativos fundamentados no diálogo, na participação e na problematização da realidade. Sob esse entendimento, a emancipação não se limita à aquisição de conhecimentos, mas envolve a constituição de sujeitos capazes de produzir sentidos, posicionar-se criticamente e participar ativamente da transformação das condições sociais em que estão inseridos. Assim, a dimensão emancipatória atribuída às práticas formativas analisadas decorre da articulação entre reflexão, diálogo e participação, particularmente quando ensino, pesquisa e extensão aproximam a formação acadêmica de problemas concretos da sociedade.

Nos documentos recentes, percebe-se que a instituição tem investido em políticas de inclusão, diversidade e permanência estudantil, com ênfase no enfrentamento das desigualdades de gênero e de origem social. O estudo sobre diversidade no curso de Zootecnia (Andrade; Ribeiro; Silva, 2022) mostra que o espaço acadêmico se tornou mais plural, abrindo-se a novos sujeitos e a novas epistemologias. Esse movimento é coerente com a perspectiva de Saviani (2020b), que defende a universidade como “lugar de todos e para todos”, ou seja, como instituição capaz de integrar diferentes vozes e experiências, sem perder a profundidade científica.

A seguir, apresenta-se uma síntese em formato tabular com as principais informações históricas e formativas dos cursos cinquentenários da universidade analisada, destacando suas características e contribuições para o desenvolvimento científico e social da instituição e da região (Quadro 1).

Quadro 1 – Síntese dos cursos cinquentenários da universidade (1975–2025).

Curso	Criação	Área Predominante	Principais Contribuições Históricas	Ênfase Formativa Atual
Engenharia Agrícola	1975	Ciências Agrárias e Tecnológicas	Modernização agrícola e inovação tecnológica regional	Sustentabilidade e desenvolvimento tecnológico integrado
Zootecnia	1975	Ciências Agrárias e Biológicas	Formação técnica e científica no manejo animal	Diversidade, bem-estar animal e extensão comunitária
Administração	1975	Ciências Sociais Aplicadas	Ampliação institucional e gestão pública e privada	Interdisciplinaridade e ética na gestão sustentável

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Ferreira e Andrade (2025), Brito e Von Pinho (2008) e Universidade Federal de Lavras (2025a, 2025b).

A tabela sintetiza visualmente o percurso formativo e histórico dos cursos analisados, demonstrando a capacidade dessa universidade de integrar diferentes áreas do conhecimento em um mesmo projeto educativo. Essa integração reafirma o princípio da interdisciplinaridade como elemento central da formação universitária contemporânea, o que se torna ainda mais relevante diante das exigências de um mundo globalizado e tecnologicamente interdependente. A universidade, ao manter a diversidade de seus campos científicos, reafirma a concepção de Bourdieu e Passeron (2023), segundo a qual o sistema de ensino é também espaço de disputa simbólica, no qual o poder de legitimar saberes se redefine historicamente. Essa centralidade decorre do fato de que problemas como sustentabilidade, inovação tecnológica, desenvolvimento regional, gestão e responsabilidade social não se circunscrevem a um único campo disciplinar, exigindo a articulação de saberes técnicos, científicos, sociais e éticos.

No recorte analisado, essa articulação se manifesta na Engenharia Agrícola, ao aproximar conhecimentos agrários, tecnológicos e ambientais; na Zootecnia, ao relacionar bases agrárias e biológicas a questões de bem-estar animal, diversidade e extensão comunitária e na Administração,

ao integrar gestão, economia, sustentabilidade e ética. Desse modo, a interdisciplinaridade é compreendida não como mera justaposição de disciplinas, mas como integração de diferentes campos do conhecimento para compreender e enfrentar problemas complexos, favorecendo uma formação mais ampla e articulada às demandas sociais contemporâneas.

Os resultados da análise indicam que a instituição, por meio de seus cursos cinquentenários, contribuiu para o desenvolvimento científico e social de Minas Gerais e do Brasil, atuando como polo de formação e difusão de tecnologias sustentáveis, de práticas pedagógicas críticas e de gestão inovadora. A atuação integrada entre os cursos e os programas de pós-graduação reforça a consolidação de uma universidade que, ao mesmo tempo, forma profissionais competentes e cidadãos conscientes de seu papel na transformação da sociedade. Essa articulação é coerente com a leitura de Frigotto (2001), para quem a educação, quando orientada pela emancipação e pelo trabalho criativo, constitui o eixo estruturante da superação das desigualdades sociais.

Além disso, a análise documental permitiu observar que a universidade mantém viva uma concepção humanista e social de universidade, próxima da visão de Darcy Ribeiro (Ribeiro, 1969) e retomada por Miglievich-Ribeiro (2014, 2017), segundo a qual a universidade necessária é aquela que articula a ciência ao projeto nacional de desenvolvimento. A universidade tem reafirmado, por meio de seus cursos e projetos, que o conhecimento não pode ser neutro ou descolado da realidade, devendo estar comprometido com as demandas históricas, culturais e ambientais da sociedade brasileira.

As produções comemorativas e os discursos institucionais analisados também revelaram o papel simbólico da memória na consolidação da identidade universitária. As comemorações dos cinquenta anos foram concebidas não apenas como eventos celebrativos, mas como atos de reconstrução histórica e política, nos quais a instituição revisita sua origem e reafirma seu compromisso com o futuro. Essa dimensão memorial aproxima-se da leitura de Brandão (2014), para quem a cultura universitária é feita de narrativas, de lembranças e de resistências que, quando revisitadas, fortalecem a consciência coletiva sobre o valor público da educação.

Outro aspecto relevante identificado foi a constante busca dessa instituição por alinhar sua prática institucional às demandas contemporâneas de sustentabilidade, diversidade e inovação. As políticas ambientais e de responsabilidade social destacadas nos relatórios institucionais evidenciam uma universidade que compreende seu papel não apenas como formadora de profissionais, mas como agente ativo de transformação social e ecológica. Essa postura confirma a pertinência do pensamento de Boaventura de Sousa Santos, quando afirma que a universidade do século XXI deve ser emancipatória, capaz de aprender com as epistemologias do Sul e de reinventar a própria ciência a partir das realidades locais (Santos, 2005).

Por fim, observou-se que o conjunto das ações e discursos dessa universidade reafirma a centralidade da universidade pública como patrimônio coletivo, sustentada pela ideia de que o acesso à educação superior é direito e não privilégio (Teixeira, 1957). Em tempos de desmonte e de tentativas de deslegitimação das instituições públicas, a universidade demonstra, por sua trajetória e por suas práticas, que a resistência é também forma de produção de conhecimento. Ao formar gerações de profissionais comprometidos com a ética, a sustentabilidade e a transformação social, a universidade reafirma o princípio freiriano de que educar é sempre um ato político.

Assim, a análise conclui que essa instituição e seus cursos cinquentenários representam um modelo exemplar de universidade pública que, ao revisitar seu passado, projeta-se para o futuro com lucidez, compromisso e esperança. Sua história sintetiza a possibilidade de uma educação superior que permanece pública, crítica e emancipada, mesmo diante dos desafios e contradições de seu tempo.

Considerações Finais

A pesquisa evidenciou que a instituição consolidou, ao longo de cinco décadas, uma trajetória exemplar no ensino superior público brasileiro, articulando tradição científica, compromisso social e inovação pedagógica. Os cursos cinquentenários, Engenharia Agrícola, Zootecnia e Administração, revelaram-se pilares fundamentais dessa história, expressando diferentes dimensões da missão universitária: o avanço técnico, a integração social e a formação ética e cidadã.

A análise documental permitiu compreender que a permanência e o prestígio dessa universidade decorrem de sua capacidade de se reinventar sem romper com seus valores fundacionais. Essa dinâmica reafirma a universidade pública como espaço de produção de conhecimento emancipador em que ensino, pesquisa e extensão se integram para responder aos desafios sociais e culturais do país.

Conclui-se, portanto, que a experiência da instituição e de seus cursos cinquentenários simboliza a resistência e a vitalidade da educação superior pública no Brasil, uma universidade que, ao revisitar sua história, renova o compromisso com o futuro e com a transformação social por meio do conhecimento.

Referências

- Almeida, M. I.; Pimenta, S. G. Pedagogia universitária-valorizando o ensino e a docência na universidade. *Revista Portuguesa de Educação*, v. 27, n. 2, p. 7-31, 2014. Doi: <https://doi.org/10.21814/rpe.6243>.
- Andrade, M. F.; Ribeiro, R. A.; Silva, V. Diversidade de gênero dentro do curso de zootecnia da Universidade Federal de Lavras (UFLA). *Cor LGBTQIA+*, v. 1, n. 3, p. 14-17, 2022.
- Andrade, M. F.; Oliveira, I. R. G.; Veloso, B. G. Formação docente na cultura digital: políticas, saberes e desafios da inovação pedagógica. *Revista Interações*, v. 22, n. 74, p. 1-28, 2026. Doi: <https://doi.org/10.25755/int.43996>.
- Bardin, L. *Análisis de contenido*. Espanha: Ediciones Akal, 1991.
- Bourdieu, P. El campo científico. *Redes: Revista de Estudios Sociales de la Ciencia y la Tecnología*, v. 1, n. 2, p. 129-160, 1994.
- Bourdieu, P.; Passeron, J.-C. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Petrópolis: Editora Vozes, 2023.
- Brandão, C. R. Paulo Freire: a educação, a cultura e a universidade. Memória de uma história de cinquenta anos atrás. *EJA em Debate*, v. 20, n. 2, p. 57-74, 2014.
- Brito, V. G. P.; Von Pinho, E. V. R. (ed.). *100 anos: transformando sonhos em realidade*. Lavras: Editora UFLA, 2008.
- Chauí, M. S. *A universidade pública sob nova perspectiva*. *Revista Brasileira de Educação*, n. 24, p. 5-15, 2003. Doi: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782003000300002>.
- Chauí, M. S. *Escritos sobre a universidade*. Botucatu: Unesp, 2001.
- Chauí, M. S. *Universidade em liquidação*. *Folha de São Paulo*, v. 11, n. 7, p. 3, 1999.
- Dias, J. C. A. *Terra prometida de Lavras*. Santa Cruz do Rio Pardo: Editora Barleus, 2009.
- Ferreira, M.; Veloso, B. Acesso, permanência e inovação na universidade: a parresia de projetar outros modos. *Revista da FAEBA – Educação e Contemporaneidade*, v. 34, n. 79, p. 158-173, 2025. Doi: [10.21879/faeeba2358-0194.2025.v34.n79.p158-173](https://doi.org/10.21879/faeeba2358-0194.2025.v34.n79.p158-173).
- Ferreira, R. A.; Andrade, M. F. *Zootecnia na UFLA: meio século de excelência na formação de profissionais na arte de criar animais! 1975-2025*. Lavras: Ed. UFLA, 2025.
- Freire, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

- Freitas, A. L. S. Paulo Freire e Maurice Tardif: um diálogo de referências para fortalecer a articulação universidade escola na perspectiva da formação com educadores/as. *REMEA – Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, p. 25-39, 2017. Edição especial XIX Fórum de Estudos: Leituras de Paulo Freire. Doi: <https://doi.org/10.14295/remea.v0i0.6891>.
- Frigotto, G. Educação e trabalho: bases para debater a educação profissional emancipadora. *Perspectiva*, v. 19, n. 1, p. 71-87, 2001.
- Frigotto, G. Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI. *Revista Brasileira de Educação*, v. 16, n. 46, p. 235-254, 2011. Doi: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782011000100013>.
- Gadotti, M. Paulo Freire e a educação popular. *Revista Proposta*, n. 113, p. 21-27, 2007.
- Harvey, D. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 5. ed. São Paulo: Loyola, 1994.
- Leher, R. Darcy Ribeiro e a universidade (cada vez mais) necessária. *Revista Interinstitucional Artes de Educar*, v. 3, n. 2, p. 145-153, 2017. Doi: <https://doi.org/10.12957/riae.2017.31717>.
- Miglievich-Ribeiro, A. Darcy Ribeiro e UnB: intelectuais, projeto e missão. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, v. 25, n. 96, p. 585-608, 2017. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362017002500939>.
- Miglievich-Ribeiro, A. M. O pensamento crítico acerca da universidade na América Latina: de Darcy Ribeiro à “modernidade-colonialidade”. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, v. 8, n. 2, p. 149-163, 2014. Doi: <https://doi.org/10.21057/repam.v8i2.10211>.
- Minayo, M. C. S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 17, p. 621-626, 2012. Doi: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232012000300007>.
- Pimenta, S. G.; Anastasiou, L. G. C.; Cavallet, V. J. *Docência no ensino superior: construindo caminhos*. De professores, pesquisa e didática. Campinas: Papirus. p. 129-144, 2002.
- Ribeiro, A. M. M.; Matias, G. R. A universidade necessária em Darcy Ribeiro: notas sobre um pensamento utópico. *Ciências Sociais Unisinos*, v. 42, n. 3, p. 199-205, 2006.
- Ribeiro, A. M. M. O pensamento crítico acerca da universidade na América Latina: de Darcy Ribeiro à modernidade-colonialidade. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, v. 8, p. 149-163, 2014.
- Ribeiro, D. *A universidade necessária*. Paz e Terra, 1969.
- Romão, J. E. Paulo Freire e a universidade. *Revista Lusófona de Educação*, v. 24, n. 24, 2013.
- Santos, B. S. A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. *Educação, Sociedade & Culturas*, n. 23, p. 137-202, 2005.
- Santos, B. S. Da ideia da universidade à universidade de ideias. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 27/28, p. 11-62, 1989.
- Saviani, D. A expansão do ensino superior no Brasil: mudanças e continuidades. *Póiesis Pedagógica*, v. 8, n. 2, p. 4-17, 2010. Doi: <https://doi.org/10.5216/rpp.v8i2.14035>.
- Saviani, D. A questão da autonomia universitária e suas vicissitudes na universidade brasileira. *Revista Angelus Novus*, n. 16, p. 47-60, 2020a.
- Saviani, D. A universidade é um lugar de todos e para todos? *Cenas Educacionais*, v. 3, e8365-e8365, 2020b.
- Saviani, D. Pedagogia: o espaço da educação na universidade. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 130, p. 99-134, 2007. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742007000100006>.
- Silva, M. P.; Ferreira, H. M.; Bonin, J. C. As contribuições da educomunicação para a formação de sujeitos críticos: um diálogo entre os pressupostos teóricos de Paulo Freire e do círculo de Mikhail Bakhtin. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, v. 17, n. 3, p. 1819-1837, 2022. Doi: <https://doi.org/10.21723/riae.v17i3.16599>.
- Teixeira, A. *Educação não é privilégio*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.
- Universidade Federal de Lavras. *Graduação cinquentenária: cursos de Engenharia Agrícola e Zootecnia celebram seus 50 anos*. Lavras: UFLA, 2025a. Disponível em: <https://ufla.br/noticias/institucional/17946-graduacao-cinquentenaria-cursos-de-engenharia-agricola-e-zootecnia-celebram-seus-50-anos>. Acesso em: 20 out. 2025.

Universidade Federal de Lavras. *Jubileu de ouro da Administração: 50 anos de ensino e pesquisa na UFLA*. Lavras: UFLA, 2025b. Disponível em: <https://ufla.br/noticias/institucional/17947-jubileu-de-ouro-da-administracao-50-anos-de-ensino-e-pesquisa-na->. Acesso em: 20 out. 2025.

Veloso, B. G. A reprodução contemporânea: o papel e os limites da educação superior. *Revista Educação e Emancipação*, v. 18, e-23091, 2025. Doi: [10.18764/2358-4319v18e23091](https://doi.org/10.18764/2358-4319v18e23091).

Veloso, B. G. et al. Plataformização da educação superior: privatização, padronização e alienação nos processos de ensino. *Revista Educação e Políticas em Debate*, v. 15, n. 1, p. 1-15, 2026. Doi: [10.14393/REPOD-v15n1a2026-79247](https://doi.org/10.14393/REPOD-v15n1a2026-79247).

Colaboradores

M. F. ANDRADE: Curadoria de dados; Análise formal; Investigação; Administração do projeto e Redação – versão original. I. R. G. OLIVEIRA: Recursos; Validação e Visualização. B. G. VELOSO: Supervisão. M. F. ANDRADE, I. R. G. OLIVEIRA e B. G. VELOSO: Conceituação, Metodologia e Redação – revisão e edição..